



A ARITMÉTICA NO ENSINO PRIMÁRIO DE BRASÍLIA: CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÕES DE IDEIAS ADVINDAS DO PABAE

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho¹

Aparecida Rodrigues Silva Duarte²

Temática: História da Matemática, História da Educação Matemática e Cultura

Resumo: O presente artigo foca a circulação e apropriação das ideias advindas do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – ‘PABAE - para o ensino de Aritmética nas escolas públicas primárias de Brasília, de 1957 a 1963. Especificamente, busca-se analisar a apropriação da professora Olinda Lôbo, efetuadas a partir de sua participação no Curso PABAE realizado no estado de Minas Gerais. O aporte teórico-metodológico é construído na perspectiva da História Cultural, com base nos conceitos de apropriação de Roger Chartier (2002) e relação global e local entre outros elementos que remetem à noção de circulação de Serge Gruzinski (2001). As informações foram coletadas a partir de entrevista da professora Olinda Lôbo e da análise do currículo da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) 1962/1963, do qual a professora foi uma das elaboradoras. Constatou-se que a referida professora apropriou-se das recomendações propugnadas pelo PABAE e foi protagonista das ideias pedagógicas ligadas ao ensino de Aritmética na educação primária de Brasília-DF.

Palavras-chave: Aritmética. Ensino Primário. Circulação. Apropriação. Brasília.

INTRODUÇÃO

Circulação e a apropriação de ideias são termos que nos fazem refletir acerca de práticas escolares diferenciadas. Ao falar sobre a circulação, recorreremos a Gruzinski (2001) que tem enveredado os seus últimos estudos pela problemática da circulação de pessoas entre mundos. O autor nos convida a refletir sobre circulação quando nos mostra que o historiador é responsável por fazer conexões que nem sempre são percebidas ou valorizadas:

Parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as connected histories, se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com “h” maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. (GRUZINSKI, 2001, p. 176).

¹ Doutoranda. Universidade Anhanguera de São Paulo. E-mail: rosaliapolicarpo@yahoo.com.br

² Doutora. Univás. E-mail: aparecida.duarte6@gmail.com.

Relativamente à apropriação, valemo-nos dos ensinamentos de Roger Chartier, para quem a apropriação “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que produzem” (CHARTIER, 2002, p. 26).

Assim, acreditamos ser relevante discutir como ocorreu a circulação e apropriação das ideias do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAE – para o ensino de Aritmética nas escolas públicas primárias de Brasília, tendo em vista que o PABAE foi um programa vindo dos Estados Unidos, sediado em Belo Horizonte, que atraiu educadores brasileiros e americanos.

Com o intuito de entender as conexões promovidas por esse Programa, trazemos os seguintes questionamentos: qual o objetivo do Brasil em assinar esse convênio com os Estados Unidos? Como se deu a circulação das propostas desse Programa? Quais eram as recomendações para o ensino de Aritmética nas propostas do PABAE? Como a recém-criada capital do Brasil se insere nesse programa? Como a professora Olinda Lôbo se apropria das orientações do PABAE acerca do ensino de Aritmética?

A pesquisa buscou aporte teórico-metodológico na História Cultural que, segundo Chartier,

Esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. (CHARTIER, 2002, p. 27).

Como analisamos na perspectiva da História Cultural, a presença do PABAE no ensino de Aritmética no DF, por meio das apropriações da professora Olinda Lôbo nas escolas públicas do DF, nos anos de 1957-1963, entendemos que a História Cultural traz subsídios para essa pesquisa, pois mostra a importância de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler (CHARTIER, 2002).

Para verificar possíveis aspectos do PABAE e apropriações da professora no ensino de Aritmética, procuramos analisar fragmentos de entrevista e do Programa/currículo da FEDF de 1962/1963, assim como partes de livros didáticos elaborados pelo PABAE e que circularam em Brasília.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BRASILEIRO-AMERICANA AO ENSINO ELEMENTAR – PABAE: UM VEÍCULO DE CIRCULAÇÕES DE IDEIAS

O PABAE foi um acordo assinado, em 22 de junho de 1956, pelo Ministro de Educação Clóvis Salgado, pelo governador de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, e pelo diretor da *United States Operation Mission to Brazil* – USOM/B - William E. Warne, durante o governo de Juscelino Kubitschek, então presidente da República. Esse acordo seria encerrado em 30 de junho de 1961, mas foi prorrogado até 1º de agosto de 1964.

O PABAE foi implementado no Instituto de Educação de Belo Horizonte-MG e surgiu com o intuito de suprir as necessidades da educação brasileira após a constatação de que havia um alto índice de reprovação e evasão no ensino elementar e de que as escolas normais brasileiras apresentavam um currículo rígido, não condizente com o pensamento educacional daquela época. O Programa almejava que todos os professores fossem qualificados e, para tanto, tinha como objetivos:

1. Formar quadros de instrutores de professores de ensino normal para as diversas Escolas Normais mais importantes do Brasil.
2. Elaborar, publicar e adquirir textos didáticos tanto para as Escolas Normais como para as elementares.
3. Enviar aos Estados Unidos³, pelo período de um ano, na qualidade de bolsistas, cinco grupos de instrutores de Professores de ensino normal e elementar, recrutados nas regiões representativas do Brasil, que ao regressarem, seriam contratados pelas respectivas Escolas Normais para integrarem os quadros de instrutores de professores pelo período mínimo de dois anos. (PAIVA; PAIXÃO, 2002, p. 77)

Para atender ao objetivo de formar quadros de instrutores de professores de ensino normal, foram selecionados quatorze professores que constituíram a primeira turma, sendo distribuídos nas seguintes áreas de especialização: Administração Escolar, Artes e Educação Audiovisual, Aritmética, Ciências, Currículo, Educação Primária, Educação Pré-Primária, Estudos Sociais, Filosofia, Psicologia e Língua Pátria (PAIVA; PAIXÃO, 2002). As professoras Riza de Araújo Porto, Regina Almeida,

³ Para atender esse objetivo, a partir de 1956 foram enviados grupos de professores para estágios nos Estados Unidos e até 1964 foram concedidas 142 bolsas de estudos. Dessas bolsas, 130 foram para cursos na Universidade de Indiana e 12 em outras universidades (PAIVA E PAIXÃO, 2012). No Brasil, entre 1959 e 1964, foram realizados cursos supervisionados por técnicos americanos para 864 bolsistas oriundos de todas as unidades da federação brasileira, que à época, abrangia 21 estados, o Distrito Federal e três territórios (SAVIANI, 2013, p. 346).

Helena Lopes, Olga Barroca e Evangelina Meirelles de Miranda foram responsáveis pelo Departamento de Aritmética.

O PABAEÉ foi amplamente divulgado e recebeu cursistas de todos os estados brasileiros e também da Venezuela e Colômbia. O Programa enviou ainda professores para fazer cursos nos Estados Unidos e também recebeu técnicos americanos⁴ no Brasil, mais especificamente no Instituto de Educação de Belo Horizonte-MG. Também elaborou materiais pedagógicos (livros e apostilas) que, sem dúvida, foram dispositivos pedagógicos responsáveis pela circulação de suas ideias.

O material produzido no PABAEÉ era distribuído gratuitamente “[...] a fim de promover e divulgar a contribuição do Programa entre os bolsistas, escolas normais, ex-bolsistas, supervisores de ensino, bibliotecas escolares, Centros Regionais de Pesquisa do INEP, professores do Instituto de Educação e da Secretaria de Educação de Minas Gerais, entre outros. (PAIVA E PAIXÃO, 2002, p. 151-152).

Do Distrito Federal, foram enviadas 36 professoras para o PABAEÉ, dentre elas, a professora Olinda Lôbo, que foi uma das professoras que desempenharam um papel importante na educação primária de Brasília. O material pedagógico do PABAEÉ também circulou pelo Distrito Federal. Isso foi constatado na entrevista, nas referências do currículo e nos livros e apostilas encontrados no arquivo pessoal da professora Olinda Lôbo, e de outras professoras, dentre o material encontrado estão os livros “Ver, sentir e descobrir a aritmética” e “O ensino da aritmética pela compreensão”.

O SISTEMA EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL E A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE OLINDA LÔBO

A construção de Brasília iniciou-se em meados de 1956 e foi uma das metas da política nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. Em 1957, crescia o fluxo migratório para Brasília e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de escolas.

A primeira escola primária pública do DF foi inaugurada em 18 de outubro de 1957 com o nome de Grupo Escolar nº 1 - GE-1, que, posteriormente, foi denominada Escola Classe Júlia Kubitschek. As professoras que integraram a primeira escola do

⁴ Dos Estados Unidos, haviam chegado em 1957, para atuar na administração do Programa: Charles M. Long e, para compor a equipe de especialistas, os seguintes técnicos: Evelyn Bull – Departamento de Aritmética; Luella Keihahn – Departamento de Linguagem e Loius A. Fitzgerald – Departamento de Psicologia. (PAIVA; PAIXÃO, 2002, 93-94).

DF foram selecionadas entre as esposas ou filhas de funcionários que tinham diplomas de professor primário. Em 1960, já se observava maior rigor na contratação de professores, pois a admissão desses profissionais era procedida por meio de concursos de títulos, entrevista e prova prática.

Em 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada e passou a ser a Capital Federal. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Secretaria de Educação e Cultura e, com o objetivo de colocar a educação dentro de estruturas administrativas mais flexíveis e com melhores disponibilidades para a execução dos planos técnico-pedagógicos, cria-se a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF).

Brasília estava se constituindo, na visão dos gestores e da população, como uma capital "moderna" e esse sentimento ou essa aspiração reverberava na educação como possibilidade utópica de irradiar uma educação diferenciada, avançada para todo o país. Durante o processo da transferência da capital do Brasil para o Planalto Central, Brasília teve a necessidade de receber professores(as) de todo o país. Dentre elas, veio a professora Olinda Lôbo, que desempenhou funções fundamentais no ensino primário do DF.

A professora Olinda Rocha Lôbo nasceu em Formosa-GO. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Católica-GO. Ingressou no sistema público de ensino em 1º de março de 1959 e começou a lecionar no Grupo Escolar 1, em Candangolândia-DF, onde lecionou a 3ª série do ensino primário.

A professora também afirmou que, de junho a dezembro de 1961, foi para Belo Horizonte onde participou de cursos do PABAAE.

Em junho de 1961, eu fui escolhida para ir para o PABAAE onde fiquei de junho a dezembro de 1961. Era horário integral em Belo Horizonte. Eu me especializei em didática da Matemática, mas fiz todas as metodologias: Ciências Naturais, Estudos Sociais, Supervisão Escolar, Comunicação e Expressão, Jardim de Infância e Ensino Artístico (LOBO, 2009).

Ao concluir o curso, Olinda Lôbo retornou a Brasília e começou a participar do Grupo de Orientação Pedagógica

Quando terminamos o curso do PABAAE, viemos para Brasília e ficamos no Grupo de Orientação Pedagógica. Então, a dona Helena tinha organizado assim a equipe: três técnicas para Metodologia da Matemática, três para Comunicação e Expressão, três para Supervisão e assim foi para todas as outras áreas. Então, nós ficamos com a incumbência de organizar o 1º currículo de Matemática de Brasília. Nessa época quem ficou na equipe foi: Geisa Mendonça, Dulce Guimarães e eu, Olinda Rocha Lôbo (LOBO, 2009).

Para um professor participar do PABAE, era necessária a aprovação do Secretário de Educação do Estado de origem e, após a conclusão de sua formação pelo Programa, o professor passava a exercer o cargo de orientador de professores, professor de escola normal, orientador técnico ou em outras atividades de orientação de professores primários. O PABAE colaborou ainda no campo do currículo e da supervisão (PAIVA; PAIXÃO, 2002).

A PROFESSORA OLINDA LÔBO E A ARITMÉTICA DO ENSINO PRIMÁRIO: DO LOCAL AO GLOBAL

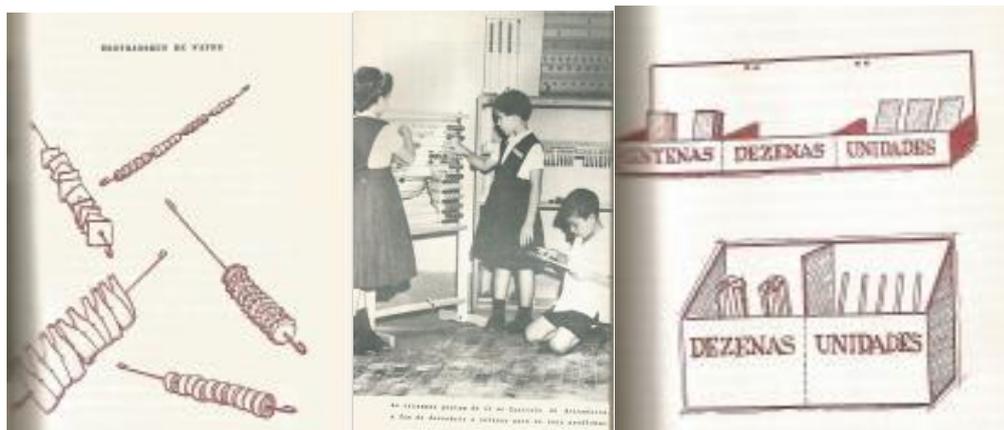
Os historiadores Roger Chartier (2009) e Serge Gruzinski (2001) têm nos feito refletir acerca do local e do global como união indissociável. Segundo Chartier, a articulação feita entre o local e o global é designada por alguns estudiosos pelo termo “glocal” entendendo-o como “referências partilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam mundialmente” (2009, p. 57). Ademais, para Gruzinski “não é fácil definir o global e o local. Menos ainda determinar a natureza dos laços que os unem” (2001, p. 186).

Entendemos que os termos “local” e “global” podem variar dependendo do estudo a ser realizado. Para este estudo, o termo “local” remete à Brasília, cidade na qual a professora Olinda Lôbo exerceu sua docência e foi uma das elaboradoras do primeiro currículo de Aritmética para o ensino primário. Já o termo “global” diz respeito a um contexto mais amplo e remete à realidade educacional brasileira e às ideias circularam no Brasil por meio do PABAE, advindas dos Estados Unidos.

Assim, tomamos como fontes o currículo de Aritmética, 3ª série de 1962; o currículo de Aritmética, 1ª série de 1963; ambos de Brasília/DF; os livros *Ver, sentir, descobrir a aritmética* e *O ensino da aritmética pela compreensão* e, ainda, fragmentos de uma entrevista com a professora Olinda Lôbo.

O livro “Ver, sentir e descobrir a aritmética”, de autoria de Rizza Araújo Porto (1961), então professora do Instituto de Educação de Belo Horizonte e integrante do Departamento do PABAE, foi escrito para professores, supervisores, diretores que eram alunos do PABAE. O manual apresenta muitos materiais concretos que podem ser usados em contagem, agrupamentos, soma, subtração, multiplicação e divisão, como, por exemplo, mostram as figuras a seguir:

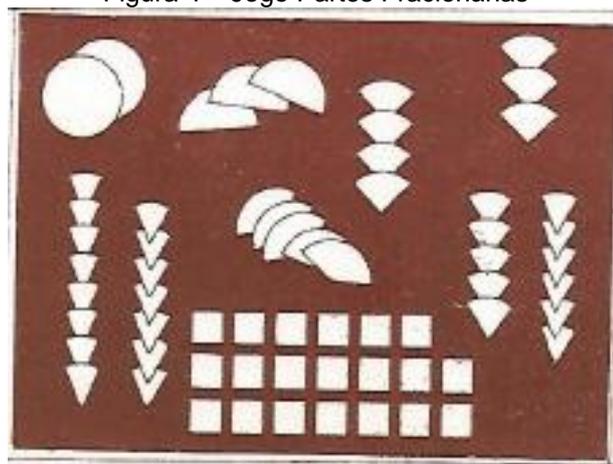
Figura 1-Mostradores de fatos, Figura 2- Cantinho da aritmética, Figura 3-Caixa Valor do Lugar



Fonte: Porto (1961)

O manual apresenta ainda, o Jogo *Partes Fracionárias* que pode ser reproduzido por professores e alunos. O jogo é composto de um mínimo de 63 peças: 20 quadrados de mais ou menos 5 centímetros; 2 discos inteiros de mais ou menos 20 centímetros de diâmetro; 3 metades; 7 quartos; 15 oitavos; 5 terços e 11 sextos:

Figura 4 – Jogo Partes Fracionárias



Fonte: Porto (1961, p.106)

A recomendação era para que cada criança confeccionasse o seu jogo para o trabalho individual. “Essas partes fracionárias são trabalhadas na carteira, quando a criança procura solução de um problema” (PORTO, 1961, p. 107).

Como já referido anteriormente, o livro *O ensino da aritmética pela compreensão* também circulou em Brasília. De autoria de Grossnickle e Brueckner (1965), foi publicado pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID e traduzido por Olga Barroca, Helena Lopes, Rizza de Araújo Porto, Evangelina Meireles de Miranda e Regina Almeida, as quais foram protagonistas do ensino de Aritmética no PABAE. Os autores do livro afirmam que essa obra foi editada com o objetivo de contribuir para que os professores da escola primária brasileira tivessem segurança em ensinar a Aritmética para as crianças, com o mínimo de esforço e de tempo, de modo que elas passassem a gostar e estudar a Aritmética com dedicação.

Está organizado em dois volumes, sendo o primeiro com 8 capítulos e o segundo com 9, além de um apêndice. Ao se referir ao programa moderno de Aritmética, o livro sugere a transformação da sala de aula num laboratório de aprendizagem, onde os professores promovessem situações de aprendizagem Aritmética, manipulando material exploratório, visual e simbólico, tornando-a significativa e vital para as crianças, como nos mostram as figuras abaixo:

Figuras 5 e 6 – Cantinho de aritmética na sala de aula



Fonte: Grossnickle e Brueeckner (1965, p. 191-201)

Das páginas 323 a 327 da obra de Grossnickle e Brueckner (1965), encontram-se sugestões de atividades com adição de frações, utilizando um jogo de partes fracionárias semelhantes aquele que Rizza Porto recomendou em seu livro para ser utilizado pelas crianças em sala de aula.

Como se pode observar, ambas as obras apresentam recomendações, procedimentos e atividades semelhantes. Enfatizam o jogo e o uso de materiais concretos para a aprendizagem da Aritmética. Vê-se ainda uma correlação entre o cantinho da Aritmética, sugerido por Porto e a transformação da sala de aula em laboratório.

Procuramos, ainda, identificar aspectos comuns entre a entrevista da professora Olinda Lôbo e esses documentos. Começamos com a fala da professora Olinda Lôbo, ao voltar do PABAE:

[...] o próprio PABAE, numa orientação com os supervisores americanos já estavam bastante especializados nas áreas de metodologia. Então, eles nos orientaram para que nós fizéssemos o currículo tendo como conteúdos básicos aqueles que servissem definitivamente para a posterior capacidade de raciocínio matemático nos outros cursos. E deveríamos ter o cuidado dos dias letivos serem suficientes para que tivessem o desempenho da aprendizagem: Introdução do Conteúdo, Compreensão do Conteúdo, Fixação do Conteúdo e Avaliação do Conteúdo (LOBO, 2009).

A fala da professora evidencia a orientação do PABAE na elaboração dos currículos brasileiros e, especialmente, no currículo do DF. Mas é preciso detectar quais eram essas orientações e se elas foram seguidas. Nesse sentido, o livro de Grossnickle e Brueckner (1965) destaca que “O currículo moderno de Aritmética inclui uma grande variedade de experiências de aprendizagem cuidadosamente selecionadas, nas quais o número funciona diretamente” (p. 15). E ainda mostra que “É preciso haver um programa de orientação bem planejado com avaliação bem adequada. (p.22).

Apresentamos, a seguir, as colunas *Material* e *Avaliação* contidas em uma tabela do Programa da FEDF (1962).

Quadro 1: Colunas *Material* e *Avaliação*

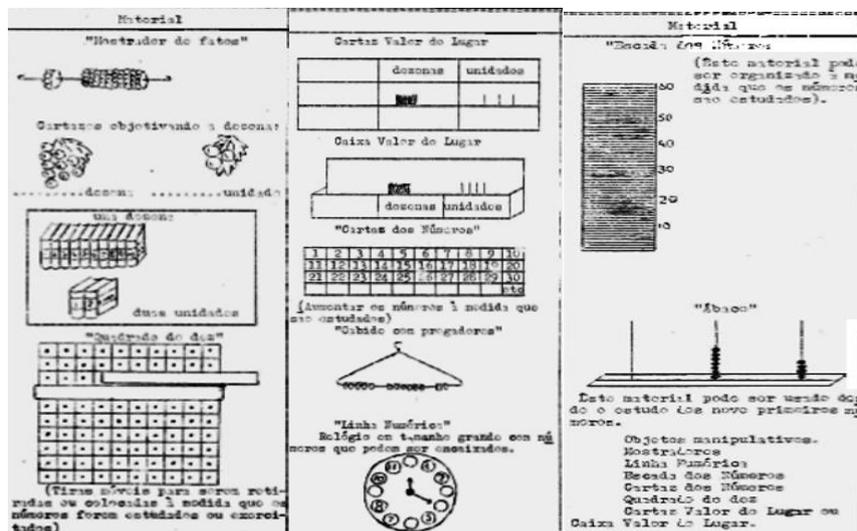
Material	Avaliação
<p>Cartaz de ordens e classes, cartazes organizados pelas crianças e sugeridos pelo professor, cartaz valor de lugar, fichas com números, conjuntos de recortes de diferentes figuras, flanelógrafo, cartazes ilustrando cada etapa da adição e da subtração, cartaz ilustrando inteiros, décimos, centésimos e milésimos, cartaz de decimais, cartaz ilustrando equivalência, tabela de equivalência, círculos, quadrados e triângulos para representar inteiros, cartaz ilustrativo com o litro e seus respectivos valores, carimbos de moedas, cartaz ilustrando diferentes tipos de quadriláteros.</p>	<p>Exercícios escritos e orais, jogos, cálculos mentais, exercícios com lacunas, organização sistemática dos fatos fundamentais, problemas, exercício como anexo ao currículo, representação pictórica de decimais, exercício de transformação ordinal, decimal e vice-versa, registro de equivalência entre decimais, exercícios de adição e subtração com decimais.</p>

Fonte: Programa da FEDF (1962, p.3)

Como podemos observar no quadro 1, na coluna “Material”, há ênfase na recomendação do uso do material concreto. Na coluna Avaliação, encontramos descrições de atividades realizadas pelas crianças. As duas ideias coadunam com as orientações de Porto (1961) que assegurava que “o material é indispensável ao ensino que se baseia na compreensão” e que a professora, ao propor o uso do material concreto na sala de aula, teria de “verificar como a criança raciocina e como trabalha com os números” (p. 19).

Encontramos recomendações semelhantes, também, em Grossnickle e Brueckner (1965) para quem o ensino de Aritmética, desde as primeiras séries, deve ser planejado, com muitas experiências de aprendizagem sequenciadas e com o uso de muitos materiais concretos. Essa indicação também está presente no Programa da FEDF de 1963 que, ao propor atividades de contagem e Sistema de Numeração Decimal, podemos identificá-los como material prescrito na coluna Material: mostradores de fatos, cartaz de números, cartão para identificação de números, caixa de valor de lugar, cabide com pregadores, relógio e ábaco.

Figuras 7, 8 e 9 - Materiais prescritos



Fonte: Programa da FEDF – 1ª Série (1963, p.10-12)

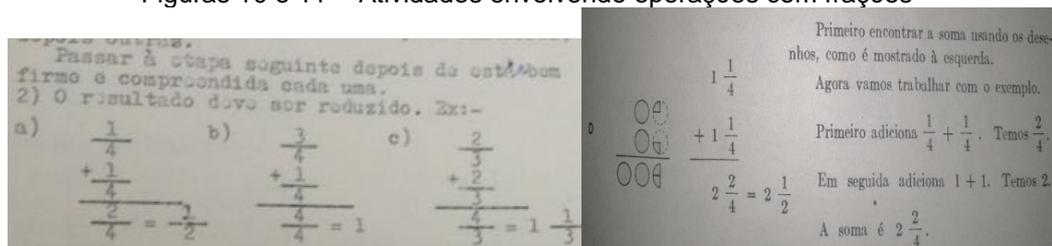
Todos esses materiais concretos que constam do Programa da FEDF são apresentados e discutidos por Porto (1961) que mostrava a necessidade de que a professora conhecesse cada etapa do processo de aprendizagem da criança para utilizar de forma adequada o material. Para tanto, apresentava técnicas para o uso do

material, discutia a importância do uso do material para o desenvolvimento dos conceitos aritméticos na criança e apontava várias sugestões de confecção e uso do material. Acerca do uso de mostradores de fatos, a autora afirmava “devem ser usados pelos alunos (uso individual) na contagem e no descobrimento das combinações numéricas (p.33).

A graduação do material usado e de conteúdos e sua adequação aos interesses dos alunos, também estavam presentes na fala da professora Olinda (LOBO, 2009).

Podemos constatar a veracidade da fala da professora acerca de frações nos documentos analisados. Encontramos no Programa de 1962 os conteúdos de frações ordinárias e frações decimais, que eram trabalhados separadamente. Para esse trabalho, analisamos apenas duas atividades de frações ordinárias.

Figuras 10 e 11 - Atividades envolvendo operações com frações

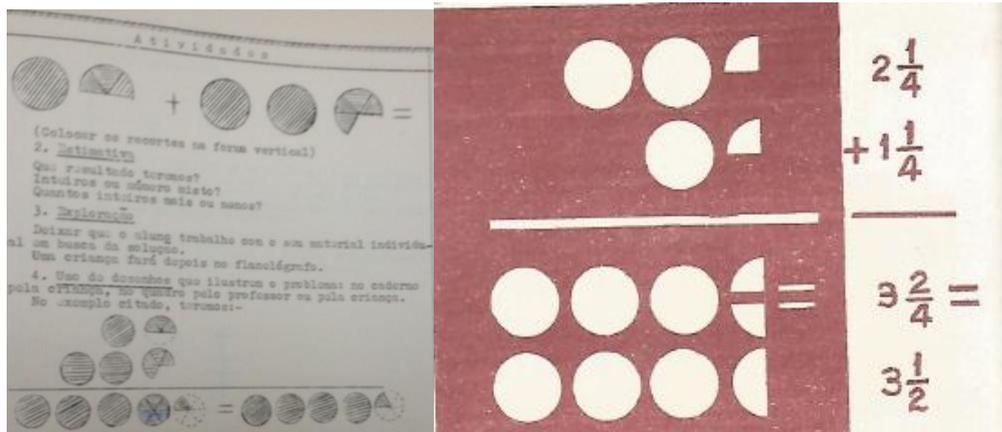


Fonte: Currículo da FEDF – 3ª Série (1962, p. 8). Fonte: Grossnickle e Brueckner (1965, p.105).

O Currículo da FEDF (1962) apresenta a adição e a subtração de frações com os mesmos denominadores, armadas de maneira similar às recomendações do livro Grossnickle e Brueckner (1965).

As figuras 12 e 13 trazem orientações para verbalização das operações, utilizando números cardinais e palavras. Novamente percebemos uma aproximação das orientações encontradas em Porto (1961), daquelas de Grossnickle e Brueckner (1965), da fala da professora Olinda Lôbo e dos Programas 1962 e 1963, no que dizem respeito ao uso de material concreto na sala de aula.

Figuras 12 e 13 – Uso do Jogo “Partes Fracionárias”



Fonte: Currículo da FEDF (1962, p. 10)

Fonte: Porto (1961, p.112)

O conceito de apropriação de Chartier (2002), possibilita melhor compreensão dessa aproximação, quando ressalta a necessidade de se perceber uma história social dos usos e das interpretações. Nesse sentido, acreditamos que a professora Olinda, ao voltar do Curso PABAE e tendo oportunidade de participar da elaboração do Currículo de Brasília, apropriou-se das novas ideias que lhes foram apresentadas, acreditando serem elas o que havia de mais novo e de mais moderno para o ensino de Aritmética. E afirmou [...] nós fomos orientados para que o ensino fosse pela compreensão, e não mecânico, era um ensino atual e de grande significado para o aluno [...] (LÔBO, 2009). A entrevistada deu a entender que esse tipo de ensino era o ideal para ser implantado numa capital que estava nascendo e com uma promessa que teria um ensino inovador de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PABAE foi um veículo de circulações de ideias, tendo em vista que, muitas professoras e técnicos educacionais se deslocaram entre espaços físicos, se comunicaram por diferentes meios, elaboram livros e apostilas que circularam por todo o Brasil, deram vários cursos de formações para professores daquela época e orientaram acerca de currículos.

A professora Olinda Lôbo participou de cursos do PABAE em Minas Gerais e, ao retornar a Brasília, foi uma das responsáveis pela elaboração do currículo de Aritmética no ensino primário. Orientou e supervisionou professores da rede pública do DF, tornando-se, assim, uma das responsáveis pela articulação entre o local e o global.

Ao tomarmos como fonte de pesquisa, fragmentos do primeiro Currículo de Aritmética 3ª Série de 1962, do Currículo de Aritmética de 1963, dos Livros “Ver, Sentir, Descobrir a Aritmética”, de autoria de Porto (1961), e “O ensino da aritmética pela compreensão”, de Grossnickle e Brueckner (1965), percebemos similaridades nos conteúdos propostos nesses documentos, assim como na fala da professora Olinda.

Constatamos que a referida professora apropriou-se das recomendações propugnadas pelo PABAE e foi protagonista das ideias pedagógicas ligadas ao ensino de Aritmética na educação primária do DF.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Programa de Aritmética e Geometria – 3ª série. Fundação Educacional do Distrito Federal, Departamento de Ensino Elementar. 1962. mimeo. p. 1-23.

_____. Programa de Aritmética e Geometria – 1ª série. Fundação Educacional do Distrito Federal, Departamento de Ensino Elementar. 1963. mimeo. p. 1-40.

_____. Secretaria de Estado de Educação. 40 anos de educação em Brasília. 2001.

GROSSNICKLE, Foster E.; BRUECKNER. *O ensino da aritmética pela compreensão*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar., 2001.

LOBO, Olinda da Rocha. Entrevista concedida às pesquisadoras do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática – COMPASSODF em 08 mar. 2009.

PAIVA, Edil Vasconcelos; PAIXÃO, Léa Pinheiro. *Sociedade e pesquisa: PABAE (1956-1964) a americanização do ensino elementar no Brasil*. Niterói: Eduf, 2002.

PORTO, RIZZA Araújo. *Ver, sentir, descobrir a aritmética*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito. 2ª. Ed., 1961.